

## A juventude e a democracia

Cerca de dois milhões de jovens tiraram título de eleitor entre janeiro e abril para participar do pleito de outubro. Houve uma grande mobilização da comunidade para comparecer ao pleito futuro, mostrando-se um país unido pelo fortalecimento da democracia. Fica clara a impressão que se percebeu no sentido de notar uma sociedade brasileira mobilizada em favor da soberania popular. Para o TSE foi uma inscrição recorde, na comparação com os dois últimos anos em que houve eleição presidencial.

Se antes havia desinteresse em votar, talvez desencantado pelos maus exemplos da política, ou por não se considerar representado pelas opções existentes. O total de brasileiros aptos a votar em outubro será conhecido no mês de



**Lupercino Nogueira**

e-mail:  
lupercino@uol.com.br

julho, mas os jovens querem colaborar para um país mais democrático, próspero e justo. Se o futuro pertence às novas gerações, nada mais adequado do que se aliarem ao esforço para moldá-lo, conforme seus anseios e necessidades. Será importante que os brasileiros acima de 70 anos e os menores de 18 que têm voto facultativo, participem do sufrágio, votando, não deixando, portanto, de fazer valer a sua vontade. Importante destacar que, quando o jovem abre mão de votar

delega a outros a tarefa de decidir por si. A CF de 1988 deu aos adolescentes entre 16 e 17 anos o direito facultativo de votar, mesmo os que têm 15 anos, mas completa 16 até o dia 2 de outubro, data do primeiro turno, pôde se alistar. Com as eleições se aproximando, muitos que vão votar pela primeira vez enfrentam dúvidas e a responsabilidade de se posicionar, de ter um lado e de encontrar quem os represente e lute pelos seus sonhos e objetivos para o futuro. O voto facultativo aos 16 anos foi uma conquista do movimento estudantil.

**DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS** - Durante o mês de maio foi lançada uma campanha promovendo o trabalho das defensorias, reafirmando o seu importante papel na busca da efetividade da cidadania e da Justiça social. Sua

atuação é marcante ao promover ações individuais e coletivas para a resolução imediata dos conflitos da população, sobretudo referentes à saúde, consumidor e família, mostrando a inadiável necessidade de que as Defensorias estejam mais fortalecidas e atuantes no país inteiro. Dados da FGV indicam que 30 milhões de brasileiros passaram a viver na extrema pobreza no período pós-pandemia, repercutindo nos atendimentos da instituição. O Ministério da Justiça determina que o ideal seria um defensor público para atender 15 mil pessoas que recebem até 3 salários mínimos. Porém a realidade mostra que o Brasil tem apenas 6.500 defensores públicos em atividade e está presente apenas em 42% das comarcas, que são os locais onde juízes de primeiro grau atuam. Pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) apontou que o

público-alvo da Defensoria Pública é de 85% da população. Quer dizer, milhões de brasileiros do qual o defensor público deve se aproximar, com campanhas e palestras e maior divulgação. Relevante esclarecer que, para cumprir sua missão constitucional de orientar e prover juridicamente a defesa dos mais carentes, enfim daqueles que não podem arcar com as despesas advocatícias, será urgente superar o baixo orçamento, para poder expandir a instituição com mais unidades de atendimento, sobretudo em áreas mais periféricas ou no interior dos estados. Urge mudanças no setor, visto que a exigência do sistema de justiça passa pelo crescimento da Defensoria Pública, que está a merecer uma melhor estruturação e fortalecimento para viabilizar o acesso à Justiça exatamente da clientela mais necessitada e vulnerável.